

URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE CONTEMPORÂNEA: Contribuições do associativismo para uma boa convivência socioespacial nas cidades médias

Elias Filipe Santos de Oliveira Neves

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

E-mail: eliasfelipe4321@hotmail.com

José Raimundo Oliveira Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

E-mail: zeraimundo@uefs.br

Resumo

O objetivo deste escrito foi fazer uma reflexão sobre urbanização difusa e a cidade contemporânea, no contexto da necessidade de uma boa convivência social, a partir do associativismo como característica fundamental de outra economia: a economia popular e solidária. A metodologia se pautou em revisão de literatura para sustentação teórica dos temas relacionados ao associativismo e a urbanização difusa, análise documental e observação sistemática. Deparamo-nos também com uma problematização que se centraliza na seguinte questão: como compreender a urbanização difusa e a cidade contemporânea, no contexto de necessidade de uma boa convivência social, em que o associativismo seja uma vertente fundamental desta relação? Compreende-se que as cidades contemporâneas vivenciam um período singular de aprofundamento do distanciamento entre as classes, sendo o condomínio fechado, a barreira física e simbólica desse processo. Os condomínios fechados se constituem como a síntese e expressão material do período atual, marcado pelos ideais do capitalismo neoliberal em que o individualismo, o exclusivismo e a meritocracia são dotes enaltecidos frente à diversidade social, à solidariedade e o direito à cidade e ao urbano. Como resultado observamos que as cidades contemporâneas estão atravessadas por um modelo de urbanização eminentemente neoliberal em que as diferenças entre as classes são acentuadas por enclaves territoriais, infere-se que o associativismo pode contribuir com outra lógica de vivência nas cidades, pautado na valorização da coletividade e no fortalecimento da solidariedade, sendo um contraponto aos ideais de individualismo e competitividade pregados pelo capitalismo neoliberal. Conclui-se que essa articulação de ideais fornecem substância a uma outra economia, a popular e solidária, como alternativa viável para a luta contra as desigualdades e pela busca de uma boa convivência socioespacial nas cidades e em diversas dimensões da vida.

Palavras- Chave: Urbanização difusa; Cidade contemporânea; Associativismo.

DIFFUSE URBANIZATION AND THE CONTEMPORARY CITY: The contributions of associations to good socio-spatial coexistence in medium-sized cities

Abstract

The objective of this article was to reflect on diffuse urbanization and the contemporary city, in the context of the need for good social coexistence, based on associativism as a fundamental characteristic of another economy: the popular and solidarity economy. The methodology was based on a literature review to provide theoretical support for the themes related to associativism and diffuse urbanization, document analysis and systematic observation. We also came across a problematization centred on the following question: how can we understand diffuse urbanization and the contemporary city, in the context of the need for good social coexistence, in which associativism is a fundamental aspect of this relationship? It is understood that contemporary cities are experiencing a unique period of deepening distancing between classes, with the gated community being the physical and symbolic barrier to this process. Gated communities are the synthesis and material expression of the current period, marked by the ideals of neoliberal capitalism in which individualism, exclusivism and meritocracy are praised over social diversity, solidarity and the right to the city and the urban. As a result, we observed that contemporary cities are traversed by an eminently neoliberal model of urbanization in which the differences between classes are accentuated by territorial enclaves. It is inferred that associativism can contribute to another logic of living in cities, based on valuing collectivity and strengthening solidarity, as a counterpoint to the ideals of individualism and competitiveness preached by neoliberal capitalism. The conclusion is that this articulation of ideals provides substance to another economy, the popular and solidarity economy, as a viable alternative for the fight against inequalities and the search for good socio-spatial coexistence in cities and in various dimensions of life.

Keywords: Diffuse urbanization; Contemporary city; Associativism.

URBANIZACIÓN DIFUSA Y CIUDAD CONTEMPORÁNEA: Las aportaciones del asociacionismo a la buena convivencia socioespacial en las ciudades medias

Resumen

El objetivo de este artículo fue reflexionar sobre la urbanización difusa y la ciudad contemporánea, en el contexto de la necesidad de una buena convivencia social, a partir del asociativismo como característica fundamental de otra economía: la economía popular y solidaria. La metodología se basó en una revisión bibliográfica para fundamentar teóricamente los temas relacionados con el asociativismo y la urbanización difusa, el análisis documental y la observación sistemática. También nos encontramos con una problematización centrada en la siguiente pregunta: ¿cómo entender la urbanización difusa y la ciudad contemporánea en el contexto de la necesidad de una buena convivencia social, en la que el asociativismo es un aspecto fundamental de esta relación? Se entiende que las ciudades contemporáneas viven un período único de profundización del distanciamiento entre clases, siendo el barrio cerrado la barrera física y simbólica de este proceso. Los barrios cerrados son la síntesis y la expresión material de la época actual, marcada por los ideales del capitalismo neoliberal en el que se ensalzan el individualismo, el exclusivismo y la meritocracia por encima de la diversidad social, la solidaridad y el derecho a la ciudad y a lo urbano. Como resultado, observamos que las ciudades contemporáneas están atravesadas por un modelo de urbanización eminentemente neoliberal en el que las diferencias entre clases se acentúan mediante enclaves territoriales. Se infiere que el asociativismo puede contribuir a otra lógica de vida en las ciudades, basada en la valoración de la colectividad y el fortalecimiento de la solidaridad, como contrapunto a los ideales de individualismo y competitividad predicados por el capitalismo neoliberal. Se concluye que esta articulación de ideales da contenido a otra economía, la popular y

solidaria, como alternativa viável para a luta contra as desigualdades e a busca de uma boa convivência socioespacial em las ciudades y en diversas dimensiones de la vida.

Palabras-clave: Urbanización difusa; Ciudad contemporánea; Asociativismo.

Introdução

Neste trabalho, propomo-nos a fazer uma discussão sobre o processo de urbanização difusa e cidade contemporânea, cuja dinâmica nos possibilitará uma reflexão a partir de elementos de um movimento contra hegemônico em relação à lógica fragmentária de urbanização neoliberal. Tal lógica pode ser observada no processo socioprodutivo no decorrer das etapas de desorganização e reorganização das cidades, sem perder de vista a influência do mercado imobiliário.

As mudanças na estrutura social, econômica e cultural da sociedade com a chamada era globalizada se materializaram no espaço, em particular, através de modificações nas formas de habitação da/na cidade. Essa, outrora compacta e densa, passou a assumir características mais dispersas, resultado de um processo de urbanização mais esgarçado sobre o território.

Com efeito, deparamo-nos com uma problematização que se centraliza na seguinte questão: como compreender a urbanização difusa e a cidade contemporânea, no contexto de necessidade de uma boa convivência social, em que o associativismo seja uma vertente fundamental desta relação? Compreendemos que resolver esta questão não é tarefa das mais simples, entretanto, apontamos como objetivo nesta pesquisa fazer uma reflexão sobre urbanização difusa e a cidade contemporânea, no contexto da necessidade de uma boa convivência social, a partir do associativismo entre sujeitos como característica fundamental de outra economia: a economia popular e solidária.

Metodologicamente, o trabalho sustenta-se em referências da área, debatidas em disciplinas da pós-graduação, articuladas no programa de pós-graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR-UEFS), bem como no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (Geposdel), matriz de debates sobre temas afins. Além da sustentação teórica, procedeu-se análise documentais na legislação pertinente ao associativismo e condomínio fechado, bem como observou-se em visitas técnicas, áreas críticas de segregação condominial na cidade de Feira de Santana-BA. Nessa perspectiva, este artigo se estrutura, além desta introdução e das considerações finais, nos eixos: i) Urbanização difusa e cidade

contemporânea; novas formas de habitar/consumir o espaço urbano; ii) o associativismo como elemento para o fortalecimento das relações socioespaciais e iii) Economia popular e solidária: uma economia substantiva pala valorização das dimensões da vida, não centralizada no caráter mercadológico.

Urbanização difusa e cidade contemporânea: novas formas de habitar/consumir o espaço urbano

Para alguns autores, vive-se, hoje, a era da pós-modernidade, cujo modo desejado e/ou implantado de vida, certamente, é o da flexibilidade. Ser flexível é poder se adaptar às mudanças, não se enraizar, seja em uma função, um tempo ou no espaço. Essa é a característica buscada pelas empresas ao contratar seus funcionários, pois é também a necessidade fundamental das grandes corporações para permanecerem “vivas” no mundo fluído do capitalismo flexível. (BAUMAN,1999, SANTOS, 2006). O espaço, como produto social e, ao mesmo tempo, condicionante das formas de reprodução da vida, acompanha o movimento cada vez mais rápido da sociedade, e tem como produto, mutações constantes no extrato físico construído perceptível aos olhos, à cidade. (GAMA, 1992)

O período de globalização atual, iniciado a partir da década de 1970, segundo Santos (2006), revelou-se como uma mudança de paradigma para as cidades, pois, desde a criação das primeiras cidades, que surgiram há aproximadamente 7.000 anos, a característica geral tem sido a compactação, de início intramuros como nos casos de Jericó e Babilônia (CATALÃO, 2015).

Posteriormente, com o avanço das técnicas, os muros que outrora protegeram as cidades reduziram-se à proteção das residências. Entretanto, o ser compacto ainda era a característica dominante e o termo cidade era empregado até o início do século passado, também, como uma oposição à população que vivia no campo, que era dominante (REIS, 2015). Segundo Catalão (2015, p.255):

Até este começo de século, de certo modo, cidade vinha sendo sinônimo de agrupamento – de população, de construções, de bens, de população etc.- e lugar de maior densidade de ocupação em relação ao restante dos territórios. (CATALÃO, 2015, P.255).

Com o advento das revoluções industriais nos séculos XIX e XX e o aumento do papel das técnicas, o número de cidades cresceu fomentado pela urbanização, que sempre esteve presente nas cidades. Isso, aliado também aos processos migratórios da população

rural expropriada, da sua principal fonte de renda e de reprodução da vida, que, sem opção, deslocava-se para as cidades.

A urbanização ganhou destaque por atender as novas demandas de infraestrutura e concentração populacional, necessárias ao desenvolvimento do capitalismo industrial, emergente na época. Dialeticamente, o espaço passa a ser organizado em função das indústrias, tendo como resultado a forma dicotômica do período fordista, marcadamente centro-periferia, na qual o centro era ocupado pelas classes média e alta, que possuíam as melhores condições para o consumo dos bens duráveis produzidos, e as periferias, sobretudo, pela classe de renda baixa, como uma forma de sobrevivência às condições impostas pelo processo de industrialização.

Esse processo era então considerado no contexto espaço-temporal das indústrias, acima citado, como sinônimo de aglomeração populacional. A concentração de mão de obra era necessária ao funcionamento das indústrias e contava com as facilidades urbanas, tais como: esgotamento sanitário, luz elétrica, pavimentação, etc. Porém, tais infraestruturas estavam presentes apenas em algumas partes das grandes cidades e praticamente quase inexistia nos pequenos e médios centros urbanos (MONTE MÓR, 2003).

Nas últimas décadas do século XX, as grandes metrópoles industriais estavam consolidadas e possuíam o domínio sobre os aglomerados de médio e pequeno porte. Até certo período, todavia, ainda era mais visível a delimitação entre a cidade e o campo, e o modo de vida rural se opunha ao urbano.

Com o advento da revolução microeletrônica, o denominado por Santos (2006), o capitalismo pesado das indústrias, e também explicado por Bauman (1999), bastante preso ao espaço local e dependente voraz de concentração de mão de obra, se reinventou. Isso ocorreu, sobretudo, face o auxílio das novas tecnologias voltadas para o deslocamento e à comunicação, o que tornou o sistema mais fluído, ao menos para alguns setores da produção.

Movimentar-se mais rápido se tornou uma característica fundamental para as empresas e para o capital, uma vez que, aliado à possibilidade da convergência dos deslocamentos das grandes indústrias, mas igualmente do setor terciário, puderam impor o motor único do chamado capitalismo flexível. Assim, a mais-valia produzida em escala planetária emerge, então, como uma faceta do período da globalização (Santos, 2006).

A época dos signos, símbolos, flexibilidade, racionalidade e competitividade vividas hoje, fruto da aceleração contemporânea, analisada por Santos (2002), serviram ao

aprofundamento das distorções sobre a percepção de tempo/espaço, como movimento necessário à manutenção da ordem/desordem hegemônica e reprodução ampliada do capital; que, converte em mercadorias, partes cada vez mais pessoais da vida cotidiana.

As mudanças na estrutura social, econômica e cultural da sociedade com a chamada era globalizada se materializaram no espaço, em particular, através de modificações nas formas de habitação da/na cidade. Essa, outrora compacta e densa, passou a assumir características mais dispersas, resultado de um processo de urbanização mais esgarçado sobre o território.

É consenso entre os estudiosos da cidade e da urbanização, tais como Sposito (2009), Reis (2015), Mancini (2008), e Dematteis (2015), que o modo inédito de ocupação dispersa teve início nos EUA, no período após a Segunda Guerra Mundial, quando:

Os Estados Unidos vivenciaram um processo de suburbanização, ou seja, um intenso crescimento das cidades em direção às áreas periféricas, marcado pela transferência das residências de média e alta renda para áreas residenciais suburbanas ou periféricas, que extrapolam seus limites administrativos. (Mancini, 2008, P.14).

As discussões sobre as formas espraiadas do tecido urbano americano ganharam robustez com Robert Fishman, que utilizou o termo *urban sprawl*, traduzido como dispersão urbana em português e espanhol e como *Etalament Urbain* em francês, para descrever o processo de mudança na relação centro-periferia, em que foi observada a progressiva queda de importância do centro em relação ao subúrbio, que passara a contar com serviços outrora encontrados apenas em áreas centrais. Segundo Catalão (2015, p.257), com base em Fishman e Gottdiener:

O desenvolvimento tecnológico e as facilidades políticas promovidas pelo governo estadunidense, principalmente no período 1950-1975, foram os fatores que possibilitaram à ‘nova cidade americana’ uma configuração mais ‘suburbana’. (FISHMAN E GOTTDIENER apud CATALÃO, 2015, P.257).

Observa-se, então, que a extensão da malha urbana nos Estados Unidos teve suas bases pautadas no poder aquisitivo da população, que, aliada a uma maior mobilidade urbana, possibilitada pelo aumento em infraestrutura urbana e pelo incremento do transporte automotivo individual, teve condições de acompanhar o movimento do capital que se tornara mais fluído no espaço.

O mesmo fenômeno de espraiamento da malha urbana para além do limite oficialmente construído da cidade, fruto da pulverização do processo de urbanização em

direções variadas, tem sido observado e estudado em diversas partes do mundo. Ele está presente em maior ou menor intensidade e com motivações e especificidades locais heterogêneas, inclusive em algumas cidades pequenas e ¹médias de todos os continentes (Catalão, 2015).

O espraiamento da mancha urbana para além dos limites da cidade acontece, dentre outros motivos, pelo aumento do preço do solo nas áreas centrais, o que ocasiona a busca por terras mais baratas em espaços cada vez mais distantes do centro, seja pela população de classe baixa (segregação involuntária), como também e cada vez mais pelas classes médias e altas (segregação voluntária), que buscam a fuga dos discursos da violência e do perigo, em direção às “novas periferias” dotadas de amenidades naturais e segurança intramuros. A necessidade de fluidez, exigência para circulação do capital, é considerada outro motivo para a extensão do tecido urbano, visível no espaço urbano por meio da criação de novas vias para suportar a demanda de automóveis individuais, característica da mobilidade espacial do período atual.

No Brasil, a urbanização difusa tem sido identificada e analisada em várias cidades, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, entre outras, descritas por Ester Limonad (2006). Os traços são os mesmos, e indicam que o fenômeno não é algo local, mas possui características gerais; extensão da malha urbana para espaços mais distantes do centro; áreas mistas de residências com serviços e indústria; formação de novas centralidades; implantação de condomínios horizontais e verticais; diluição da dicotomia cidade-campo; entre outros e, embora se verifique uma inicial dispersão em várias cidades, a forma espacial, em comparação com os Estados Unidos e Europa, ainda é bastante compacta, porém as características dispersas crescem a passos largos.

É importante ressaltar que a dispersão urbana na América do Sul, e mais especificamente no Brasil, é marcada por uma diferenciação social latente, diferentemente dos Estados Unidos, em que isso teve relação com a relativa prosperidade econômica de uma parte da população. De acordo com Soares (2007 p.2):

La dispersión urbana en América Latina y Brasil desde siempre fue caracterizada como la dispersión de la pobreza: a los pobres se alejaba del centro histórico y a los pobres eran destinadas las ocupaciones más distantes del centro comercial y de servicios, a lo cual accedían a partir de un largo recorrido en sistemas precarios de transporte público.

¹ O IBGE (2006) Define as Cidades pequenas como cidades que possuem até 99 mil habitantes; as cidades médias, com população entre 100 a 500mil habitantes e cidades grandes com população acima de 500 mil habitantes.

Com a emergência de uma sociedade urbana, apontada por Lefebvre (2006), e da sociedade de consumo, mencionada por Bauman (1999), intensificou-se a cultura de consumo e status social fomentada pelos diversos setores do capital. Com o setor imobiliário não foi diferente, pois com a reestruturação do capital imobiliário criou-se novas formas de produzir habitações direcionadas em sua maioria para as classes média e alta, em formato de condomínios fechados.

Nesse sentido, os chamados condomínios fechados, ou *gated communities* sua denominação internacional mais utilizada, são as formas espaciais que têm ganhado grande relevância nos dias atuais devido à magnitude dos empreendimentos e, sobretudo, as questões vinculadas à segregação/fragmentação socioespacial e ao direito a cidade. (Malgaço, 2012).

A origem dessa nova forma de habitar e mais do que isso, consumir o espaço, data da década de 1970, nos Estados Unidos e a partir de 1980 tem sido reproduzida por várias cidades em grande parte dos países, com diversificadas nomenclaturas, como, por exemplo, *ensemble résidentiel fermé* na França; *fraccionamento cerrado*, no México; *barrio privado*, na Argentina; e condomínio privado em Portugal. (Malgaço, 2012).

Raposo (2012), ao recordar a história, postulou a tese de que os precursores desses novos empreendimentos fechados surgiram com a cidade jardim de Ebenezer Howard nos Estados Unidos e na Europa com a privatização de praças inglesas, direcionadas ao uso exclusivo da aristocracia e nobreza londrina ainda no século XVIII. O item em comum entre as formas espaciais supramencionadas e os novos empreendimentos fechados atuais é a oferta de exclusividade espacial, a possibilidade de habitar um espaço homogêneo, no qual a entrada é regulada pela condição financeira, e isso concede ao ego dos que estão dentro, a sensação de que são melhores do que os que estão fora.

Conforme analisado em trabalho anterior (Neves e Santos, 2022), quatro fatores se destacam na contribuição para o uso/consumo dos condomínios fechados, são eles: a busca por segurança; o reencontro com a natureza; os ideais neoliberais e a reestruturação do capital imobiliário e das cidades. Os dois primeiros estão explícitos e são utilizados pelo marketing imobiliário para comercialização de seus empreendimentos, os dois últimos, ficam mais ocultos à sociedade, pois são reveladores das motivações por trás das origens desses empreendimentos.

Os condomínios fechados se constituem como a síntese e expressão material do período atual, marcado pelos ideais do capitalismo neoliberal em que o individualismo, o

exclusivismo e a meritocracia são dotes enaltecidos frente à diversidade social, solidariedade e o direito à cidade e ao urbano. Dessa forma, as cidades contemporâneas vivenciam um período singular de aprofundamento do distanciamento entre as classes, sendo o condomínio fechado, a barreira física e simbólica desse processo. Resta saber como o associativismo pode, e se de fato tem condições, de contribuir para a construção de uma outra lógica de vivência nas cidades, objetivo dos tópicos seguintes.

O associativismo como elemento para o fortalecimento das relações socioespaciais

Durante o final da década de 1980 e início de 1990, com o fim da ditadura e apresentação da nova Constituição Federal de 1988, ocorreu no Brasil, não sem muita dificuldade, o crescimento da participação social em diversas frentes políticas, com reivindicações para o respeito e garantia dos direitos atinentes às pautas indígenas, ambientais, educacionais, rurais, urbanas, etc. Entretanto, em contraposição a esse movimento, é também na década de 1990 que ganha robustez a fase neoliberal do capitalismo no Brasil, que, utilizando-se de estratégias de dominação ideológicas, busca arrefecer a luta pelos direitos sociais.

O campo do associativismo se fortalece nesse contexto, uma vez que, das 276 mil associações civis existentes no Brasil até 2002, 62 por cento foram constituídas a partir de 1991 (GANANÇA, 2006), cuja característica se impõe pela necessidade de sobrevivência, resistência e construção de outras relações, contrárias ao sistema capitalista (LIMA E SIVA, 2020).

Devido às múltiplas formas de associação existentes, a definição de um conceito abrangente corre risco de insuficiência explicativa. O campo jurídico fornece uma delimitação possível:

No Brasil, a figura associativa é definida no Código Civil e na Lei de Registros Públicos como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa. É uma figura jurídica específica, com certos contornos e configurações conferidas pela nossa legislação. (GANANÇA, 2006, P. 31)

Outros esforços de definição conceitual do associativismo são dados por Knoke (1986) citado por Duarte (2017; p.10), em que as associações são tidas como “organizações formalizadas, cujos membros – quer indivíduos, quer instituições – não são

financeiramente recompensados por sua participação” e por Lima e Silva (2020; p.177), para os quais:

O associativismo se configura como um processo de aproximação de ideais e pontos de vista diversos, mais relacionados à união de indivíduos em detrimento de uma causa, e define-se como estratégia para o fortalecimento dos laços sociais de determinado lugar, com potencial de transformação da realidade em que protagoniza.

Para o objetivo a que se propõe esse texto, que é analisar até que ponto o associativismo auxilia no processo de fortalecimento das relações socioespaciais, adotaremos a última definição de associativismo, pois vincula esta noção à possibilidade de transformação da realidade vivenciada.

Como foi mencionado nos parágrafos precedentes, existem diversas formas de organização da sociedade civil, perpassando por associações religiosas, empresariais, de defesa de direitos, etc., que foram mapeadas por Ganança, (2006). Nesse texto delimitaremos nossa análise ao grupo das chamadas associações de desenvolvimento e defesa de direitos e, mais especificamente, ao subgrupo das associações de moradores, devido suas vivências cotidianas nas cidades, A tabela 1 contém o quantitativo das associações e fundações privadas do grupo mencionado.

Tabela 1: Subgrupos de associações e fundações privadas do grupo desenvolvimento e defesas de direitos

| Grupo e subgrupos | Quantidade | Valor em % |
|---|-------------------|-------------------|
| Desenvolvimento e defesa de direitos | 45.161 | 100 |
| Associação de moradores | 14.568 | 32,25 |
| Centros e associações comunitárias | 23.149 | 51,25 |
| Desenvolvimento rural | 1.031 | 2,28 |
| Emprego e treinamento | 388 | 0,85 |
| Defesa de direitos de grupos e minorias | 4.662 | 10,32 |
| Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos | 1.363 | 3,01 |

Fonte: Ganança (2006; p. 37); elaboração: Elias Filipe

Segundo Ganança (2006), o subgrupo das associações de moradores e dos centros e associações comunitárias que, totalizam mais de 38 mil organizações, são importantes frentes do associativismo brasileiro, sendo as que tiveram o maior crescimento do período

entre 1996 e 2002, na pesquisa realizada, não conseguimos encontrar dados mais recentes acerca das associações.

No que tange a luta pelo espaço urbano, as associações de moradores se caracterizam por ser “ um impulso autonomista e inovador na rejeição das formas tradicionais de atuação política e na criação de alternativas no nível das próprias coletividades” (Boschi, 1987, p.46 apud Ganança, 2006, p.48). A vinculação de associações a entidades de ação nacional, como por exemplo, a Confederação Nacional de Associações de Moradores- CONAM, e aos movimentos em rede e fóruns de luta pela reforma urbana, tais como, o Fórum Nacional de Reforma Urbana- FNRU e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia- MNLM (Ganança, 2006), exemplificam o início da tomada de consciência da população e a busca pelo rompimento com as políticas urbanas tradicionais, que, pautadas em planos diretores puramente ideológicos, desvinculados das ações reais do Estado (políticas públicas), e em legislações específicas de zoneamento, controladas e direcionadas pelas elites urbanas (Villaça, 1999), ocultava e ao mesmo tempo aprofundava as desigualdades socioespaciais.

O processo de mobilização e pressão popular resultou em alguns progressos, como, por exemplo, os artigos constitucionais 182 e 183 e o Estatuto da cidade. O artigo 182 incluiu a exigência constitucional do plano diretor, que, apesar de definir o cumprimento da função social da terra urbana, não surgiu das questões demandadas pelo movimento nacional de luta pela reforma urbana (Coelho, 1990, p.357 apud Villaça, 1999, p. 233), mas sim de parcerias entre “tecnocratas do Estado e congressistas que se credenciaram como mediadores diante das resistências que ocorreram às propostas contidas na Ementa popular de Reforma urbana” (Rolnik , 1994, p.38 apud Villaça, 1999, p. 233), fato que evidencia a força e controle das elites nos processos de tomada de decisão e arrefecimento das contestações sociais, como condição para a manutenção da ordem/desordem necessárias a permanência da sua dominação. Tal processo se materializa na paisagem urbana em forma de moradias precárias e segregação, de um lado, e autosegregação em condomínios fechados e áreas mais bem dotadas de infraestrutura, do outro; o que contribui para a produção do declínio das relações de sociabilidade nas cidades.

Inseridos nesse contexto, em que o urbanismo neoliberal sobressai e se alastra sobre as cidades através de discursos, símbolos e formas espaciais, o que produz discontinuidades e fraturas no tecido e nas relações urbanas; de quais formas o

associativismo, e, mais especificamente, as associações comunitárias e de moradores, podem contribuir para o fortalecimento da luta em prol de uma urbanização mais justa e contra as desigualdades socioespaciais? E como pode auxiliar no processo de rompimento com o pensamento abissal (Santos, 2007) nas cidades? Que é cada vez mais naturalizado nas práticas e nas relações espaciais cotidianas, na medida em que, por exemplo, a linha que separa os “iguais” dos “diferentes”, ganha novos contornos, dessa vez, de concreto, cerca elétrica e câmeras de vigilância.

Ainda que distante da obtenção de respostas conclusivas a essas indagações, acreditamos serem válidas as premissas apontadas por Duarte (2017), que apontou algumas possibilidades e modos de como o associativismo pode contribuir para o fortalecimento da democracia, e também, vale acrescentar, das relações socioespaciais nas cidades, nosso foco de análise. O quadro 1 constitui-se em uma demonstração de esforço de síntese para tais possibilidades.

Quadro 1: Formas de contribuição do associativismo para o fortalecimento da democracia e da justiça socioespacial

| Campos de contribuição | Características principais |
|-------------------------------|---|
| Educação política e cívica | Possibilidade de construção de uma consciência crítica acerca da importância da participação política e do envolvimento coletivo, para a luta contra as desigualdades socioespaciais. |
| Esfera pública e deliberação | Possibilidade de fortalecimento das relações públicas mediante processos deliberativos, em contraposição ao individualismo exacerbado pelo neoliberalismo. |
| Representação de interesses | Possibilidade das associações legitimarem e fortalecerem a defesa dos interesses das minorias no âmbito da arena política, em contraposição às formas tradicionais, a exemplo dos <i>lobbys</i> . |
| Resistência e contestação | Possibilidade de fiscalização e resistência na escala local, das ações do Estado e do próprio capital, que possam produzir desigualdades e/ou desterritorialização, ainda que sob pretexto de “progresso”. |
| Participação direta | As associações podem ainda contribuir para o funcionamento da democracia através de um acesso mais direto à arena política, restringindo o escopo da própria hegemonia do Estado enquanto a serviço dos interesses privados, na formulação, gestão e execução de ações e políticas públicas, por vezes segregacionistas de classes. |

Fonte: Duarte (2017); Elaboração: Elias Filipe.

É importante salientar que as possibilidades de atuação do associativismo presentes no quadro 1, podem ganhar mais expressividade e efetividade na escala local, a exemplo dos município e/ou cidades, com intuito de ser um meio de resistência, visto que

a escala local também é o foco de atuação do capital, na busca pelas melhores vantagens locais que possibilitem sua reprodução.

No período atual em que a sensação de insegurança urbana é retroalimentada pelo dialético do mercado da violência e mercado da segurança (Souza, 2008), e agravado pelos condomínios fechados a partir de extensos muros que contribuem para o esvaziamento das ruas e calçadas, o associativismo e suas estruturas correspondentes podem auxiliar no processo de preenchimento dos vazios das ruas, dotando-as de movimento, o que mitigaria a sensação de insegurança. Dessa forma, estando às cidades contemporâneas atravessadas por um novo modelo de urbanização eminentemente neoliberal em que as diferenças entre as classes são aprofundadas por enclaves territoriais, o associativismo pode contribuir com outra lógica de vivência nas cidades, pautada na valorização da coletividade e no fortalecimento da solidariedade como condição para a boa convivência socioespacial nas cidades.

Economia popular e solidária: uma economia substantiva para valorização das dimensões da vida, não centralizada no caráter mercadológico.

De acordo com o dicionário de economia de Sandroni (1999), a economia possui várias frentes de análise, que perpassam, por exemplo, pelas economias planificadas, de escala, de subsistência, do bem-estar, mercantil, informal, etc. Porém, devido ao modo de produção capitalista ser o hegemônico, a noção de economia adotada e, mais do que isso, propagada como universal, é a mercantil, que possui como característica ser um sistema econômico:

Voltado para a produção de mercadorias, ou seja, bens destinados às trocas. É o contrário da economia natural ou de autossuficiência.(...) Foi só com o surgimento do capitalismo que a produção mercantil tornou-se dominante e universal, envolvendo todos os bens e serviços, além da própria força de trabalho. Todas as relações econômicas são baseadas na mercadoria e na moeda. Cada empresa destina à venda toda a sua produção. (Sandroni, 1999, p. 191).

A grande questão envolvida nessa vertente econômica, é que ela representa um modo de produção que desde o seu processo de constituição, na fase de acumulação primitiva, é forjado na dizimação de povos, devastação e assaltos a bens naturais (Marx, 2013), bem como na destruição cultural (Grosfoguel, 2016), como condição para a produção de riqueza; o que torna a desigualdade, sua base de sustentação inerente.

Podemos observar na perspectiva da renda do solo urbano e na produção de mercadorias para venda (trocas), nas discussões possibilitadas nesta pesquisa, que a produção de unidades habitacionais sob a ótica do capital, visa, sobretudo, auferir renda às empresas componentes do mercado imobiliário, que induzem o Estado a investir em serviços públicos nas áreas onde detém a posse de glebas, com intuito de valorizar o solo e consequentemente aumentar o preço do terreno, que será adquirido pelas classes com maior poder aquisitivo, fato que leva Singer (1980, p. 87), a defender que “a cidade capitalista não tem lugar para pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano”.

Como evidência empírica do processo supracitado, destacamos a realidade urbana de Feira de Santana, município localizado na porção leste do Estado da Bahia (Mapa 1) que conta com uma população de 616. 279 habitantes e densidade demográfica de 472,45 hab/km² (IBGE, 2023), o que o coloca na condição de segundo maior município do Estado em termos populacionais, atrás apenas da capital, Salvador.

A expansão urbana recente em Feira de Santana tem sido direcionada majoritariamente pelo setor imobiliário, através da construção de condomínios fechados, de 1984 até 2018, foram contabilizados 184 condomínios fechados em Feira de Santana (Figueredo, 2019), fato que demonstra a materialização dos ideais neoliberais nos processos de urbanização, visto que, conforme abordado em trabalho anterior (Neves e Santos, 2022), quatro são os principais fatores que levam ao consumo desse tipo de empreendimento: A busca por segurança, que resulta do complexo problema da insegurança e da reprodução do medo urbano; o reencontro com a natureza, marcado pela fuga por parte das classes de renda média e alta para as áreas de contato com amenidades naturais, geralmente distantes dos centros urbanos; os ideais neoliberais caracterizados pela meritocracia e exclusividade espacial, promovida pelos empreendimentos fechados através do marketing imobiliário; e a reestruturação produtiva do capital imobiliário, que encontrou com a especulação e produção de condomínios fechados, um importante vetor de acumulação.

artístico etc., entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais.

No âmago da economia de mercado, parcelas cada vez maiores das dimensões da vida são convertidas em mercadorias, com fins de consumo e lucro. Nessa lógica, o ser cidadão se confunde com o ser consumidor (tanto que é relativamente comum nas diversas mídias o uso da expressão “sociedade do consumo”), e os ideais de felicidade são condicionados e reduzidos a alegrias efêmeras, derivadas de experiências de consumo. A escala das cidades como *locus* privilegiado e visível de ação do capital (Smith, 1998), tem na terra e habitação urbana importante frente de reprodução; envolvida nas relações de mercado, a dimensão da moradia é sobrevalorizada como bem de troca em detrimento do uso (Carlos, 2007). Dessa forma, a residência, como uma mercadoria, também está sujeita ao processo de ²obsolescência programada, que é fomentada, entre outros motivos, pela constante reprodução do medo urbano, como estratégia do capital imobiliário para a desvalorização dos bairros de classe média e alta, com fins de valorização e, sobretudo comercialização de condomínios fechados (Barbosa, 2017).

Em Feira de Santana, verifica-se que aliado às residências presentes no centro urbano consolidado, em que existem os bairros tradicionais da classe média e alta, tais como Brasília e Santa Mônica, cresce o preço do solo e a valorização de áreas periféricas com a implantação de condomínios fechados, o que acarreta no deslocamento de grande parte da população abastada para bairros como o Sim e o Papagaio, fenômeno que revela o processo de obsolescência das residências dos bairros tradicionais frente aos novos empreendimentos fechados.

Para além da expansão da malha urbana, a urbanização neoliberal presente na cidade estudada tem materializado com os condomínios a segregação socioespacial, pois os muros condominiais apresentam-se como barreira física e simbólica que divide e seleciona pelo mérito financeiro quem pode ou não desfrutar da segurança e lazeres da vida intramuros, o que torna o espaço exclusivo e compartilhado por poucos. Do lado externo, as vias e ruas ao longo dos condomínios são quase sempre destituídas de movimentos de pedestres, pois foram projetadas apenas para o fluxo de veículos automotores, o que

² Obsolescência programada é a decisão do produtor propositalmente desenvolver, fabricar, distribuir e vender um produto para consumo de forma que se torne obsoleto ou não funcional, especificamente para forçar o consumidor a comprar a nova geração do produto.

aumenta a sensação de insegurança urbana e ao mesmo tempo reforça a necessidade e o desejo de segurança intramuros. (figura 1).

Figura 1- Condomínios fechados na Avenida Azileias, Feira de Santana-BA



Fonte: Elias Filipe (2023)

Ainda que de forma subalternizada, outras vertentes da economia tem se colocado como alternativa à economia mercantil, pois defende o fortalecimento das relações de solidariedade, cooperação e na valorização da vida em detrimento do lucro, na busca pelo “bom viver” (Migliaro, 2022); como exemplo de tais correntes, pode-se citar: a economia solidária (Singer, 2002), Economia popular e solidária (Lima, 2022) e economia substantiva (Polanyi, 2000).

De acordo com Singer (2002, p.24), a economia solidária surge um tempo depois da consolidação do capitalismo industrial, período em que “A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado”. Na tentativa de romper com o ciclo de exploração, Robert Owen lançou as bases da economia solidária ao propor a ideia de aldeias cooperativas, importantes também no fomento à formação de sindicatos e para a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho (Singer, 2002). É nesse sentido que economia popular e solidária se coloca como contraponto ao capitalismo, pois focaliza as relações horizontais, em detrimento das verticais, o que fortalece a participação social na luta por melhores condições de vida. Lima (2022, p, 132 e 135), defende que, diferentemente da economia de mercado:

Essa economia (popular e solidária) apresenta características ou traços referentes aos laços de pertencimento, ancestralidade, identitários,

culturais e geográficos, e articula-se por saberes locais, políticos, educacionais, pertinentes às políticas públicas específicas, entre outros atributos relevantes para o desenvolvimento e organização comunitária. (...) Seu movimento acontece em contraposição à competitividade, ao individualismo, à lucratividade para acumulação de capital que só tem produzido elementos que formam, de um lado, concentração de riquezas sob o comando de poucos e, de outro, distribuição de pobreza em resíduos de produção à grande maioria da população.

No âmbito das cidades, ao se pensar a produção do espaço urbano na perspectiva da economia popular e solidária, pode-se inferir que esta poderia contribuir com uma outra lógica de vivência nas cidades, desde que, sejam pautadas no fortalecimento da consciência política da população em prol da luta pela conquista e defesa do direito à cidade.

No entanto, é importante salientar a necessidade de atenção com alguns termos, tais como: reciprocidade, solidariedade, sinergia, atmosfera de cooperação, entre outros, que são bastante utilizados pela economia solidária e popular e solidária, têm sido por vezes cooptados e preenchidos de ideologia por parte do capital, como estratégia de manutenção da dominação e de arrefecimento da luta de classes (Brandão, 2003); o que pode colocar em risco os ideais das correntes econômicas supracitadas, caso não criem mecanismos de defesa contra tais investidas do capital. Nesse sentido, Brandão (2003, p.24), adverte que:

As abordagens da moda têm abandonado a perspectiva crítica da sociedade, retomando ao conceito de comunidade, constituída por atores e agentes, e não classes sociais, que orientariam suas ações pelo compartilhamento de valores da auto-identidade e do pertencimento a comunas, mais do que por interesses de classe.

Dessa forma, acreditamos que, se a economia popular e solidária pretende ser de fato revolucionária à lógica capitalista, de fato uma economia política dos setores populares (Lima, 2022), deve assumir, com efeito, uma posição crítica da realidade e pautar sua ação no fortalecimento da luta de classes, para que, por exemplo, na dimensão da cidade e do campo, ocorra o fomento à organização popular para a busca pela efetiva execução da reforma urbana e agrária, condições basilares para a valorização das diversas dimensões da vida, sejam cultural, educativa, política, identitária, econômica, entre outras conforme discute Lima (2020).

Considerações finais

As cidades contemporâneas vivem um período complexo de aprofundamento das distâncias sociais e espaciais e de acirramento político e territorial, através do processo de tomada de consciência e mobilização popular, marcado pela ação do capital, sobretudo imobiliário, que, subsidiado pelo Estado, contribui para a produção de um novo modelo de urbanização, que possui como característica a expansão da malha urbana para além da área consolidada, como condição para a busca constante de reprodução do capital; esse fenômeno em voga resulta, em parte, na mudança de estrutura das cidades, que outrora pautadas no padrão binário centro-periferia, apontam para a criação de novas centralidades e para a fragmentação socioespacial, que carecem de investigações posteriores, e nas relações com o campo, com a produção de novas ruralidades.

Inserido no âmbito da economia popular e solidária e das diversas dimensões da vida e em contraposição à lógica do capital nas cidades, a essência do ideal associativista pode contribuir com a luta contra as desigualdades e a favor da justiça socioespacial, pois se pauta na defesa de direitos de seus membros e em ações de solidariedade e ajuda mútua, termos contrários aos ideais de competitividade, individualismo e privilégio, defendidos pelo capitalismo neoliberal.

O processo de urbanização difusa presente nas cidades contemporâneas demanda o entendimento das relações econômicas predominantes e das ideologias que lhes dão sustentação, com intuito de criar mecanismo de resposta e contraposição. Num contexto de necessidade do aprofundamento e fortalecimento da luta contra as desigualdades socioespaciais, os ideais do associativismo se colocam como alternativa viável à busca pelo direito à vida urbana.

As cidades contemporâneas vivem um período complexo em que a urbanização difusa, caracterizada pela extensão da malha urbana para além dos limites consolidados, acarreta novas formas urbanas produzidas pelo capital na busca por novos vetores de expansão, e novos conteúdos marcados pelo aprofundamento das distâncias entre as classes provocadas pelas barreiras dos muros condominiais.

Em contraponto à lógica neoliberal presente nas cidades e, por tanto, nos processos de urbanização, o associativismo entre sujeitos pode conduzir ao fortalecimento da luta por melhores condições de vida nas cidades, que perpassam pela defesa dos espaços

públicos, enquanto locais de lazer e encontro da diversidade, e a busca por melhorias em infraestrutura urbana e segurança habitacional.

O tema abordado possui singular relevância, devido, entre outros motivos, ao fato de discutir uma temática atual, importante na luta política, territorial e espacial em favor da busca por melhores condições de vida nas cidades, e também por não haver pesquisas com essa linha de análise; porém, carece de maiores aprofundamentos mediante novas pesquisas, sobretudo de cunho empírico, que contribuam para a ampliação das possibilidades e perspectivas de investigação.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. 2004. 200f. (Tese de livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/>. Acesso em: 20 maio. 2023.

CATALÃO, Igor. Dispersão urbana: apontamentos para um debate. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 12, p. 251-277, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/191>. Acesso em: 15 maio. 2023.

DEMATTEIS, Giuseppe. Contraurbanização, periurbanização, cidade dispersa e rede de cidades na Itália. **Cidades**, v. 12, n. 21, p. 1-34, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/191>. Acesso em: 15 maio. 2023

DUARTE, Rute de Jesus. **Associações de moradores como espaços de aprofundamento democrático**. 2017. 105f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2017/Rute%20de%20Jesus%20Duarte.pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

GAMA, António. Urbanização difusa e territorialidade local. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 34, 1992. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/revista-critica-de-ciencias-sociais/numeros>. Acesso em: 2 maio 2023.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006 (trecho do capítulo 2). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6650>. Acesso em: 2 maio 2023.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/467>. Acesso em 23 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Éditions Anthropos. Tradução: Doralice Barros e Sérgio Martins, Primeira versão, 2006.

LIMA, José Raimundo de Oliveira. Economia popular e solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela comunidade organizada. *In*: ESTIVIL, J.; BALSAS, C. **Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo**. Húmus Ltda, 2022. Disponível em: <https://www.uefs.br/arquivos/File/economiaigitalivro.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LIMA, José Raimundo de Oliveira; SILVA, Isabela Oliveira. Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local. **Cadernos do desenvolvimento**, v. 15, n. 27, p. 165-182, Rio de Janeiro, 2020.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expansão urbana? **Formação** (Presidente Prudente), v. 1, p. 31-45, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/issue/view/74>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MANCINI, Gisele Arrobas. **Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal**. 2008. 178f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/>. Acesso em: 2 maio 2023.

MARX, Karl. **O capital** - Livro I - crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/o-capital-livro-1-nova-edicao-1337>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: Condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.54446/bcg.v2i1>. Acesso em: 8 ago. 2023

MIGLIARO, Luis Razeto. Economia solidária para o “bom viver”. *In*: ESTIVIL, J.; BALSAS, C. **Economia local, comunitária e solidária: O desenvolvimento visto de baixo**. Húmus Ltda, 2022. Disponível em: <https://www.uefs.br/arquivos/File/economiaigitalivro.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2023.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização Extensiva e Novas Fronteiras Urbanas no Brasil. *In*: E. RASSI NETO, E.; BÓGUS, C. M. (Eds.), **Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada**, v. 3, p. 79-95. Brasília, DF: Organização

Mundial de Saúde (OMS): Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil, 2003.

NEVES, Elias Felipe Santos; SANTOS, Janio. Urbanização difusa em Feira de Santana: produção dispersa de condomínios e fragmentação socioespacial. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 58, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2298>. Acesso em: 12 dez. 2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: As origens da nossa época. Editora Compus LTDA., 2000.

RAPOSO, Rita. Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade: Uma perspectiva histórica. **Cad. Metropolitano**, São Paulo, v. 14, n. 27, 2012, p. 171-196. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/issue/view/1005>. Acesso em: 8 ago. 2023.

REIS, Nestor Goulart. Dispersão Urbana e modernização capitalista. **Cidades**, v. 12, n. 21, p. 91-107, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/191>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Editora BEST SELLER, 1999. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni. Acesso em: 7 jul. 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: 2 maio 2023.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: Tempo mundo e espaço mundo. *In: O novo mapa do mundo: fim do século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR; 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p 77-92, 1980.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. La investigación sobre la urbanización dispersa en Brasil. **Biblio 3w**. Barcelona, 2007. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/b3w/issue/view/2005>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. *In: Nestor Goulart Reis. (Org.). Sobre dispersão*

urbana. São Paulo: Via das Artes, 2009, v, p. 35-54. Disponível em:
<http://viadasartes.com.br/>. Acesso em: 5 maio 2023.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo, EDUSP, 1999. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3870331/mod_resource/content/1/Vila%C3%A7a%20des%20urbano. Acesso em 5 maio. 2023.

Recebido em: novembro de 2023

Aceito em: setembro de 2024